



**CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA
DE PAPEL S.A.**

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07.12.2009)



IDENTIFICAÇÃO

CONPEL – Cia. Nordeste de Papel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.116.278/0001-01 e com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o NIRE 25300006226, registrada como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o nº 00468-5 (“Companhia”).

SEDE

Localizada no município do Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 km 06 – CEP 58322-000.

DIRETORIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Wiegando Olsen, 2800, Cidade Industrial – CEP 81460-070. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Cristiano Ciriaco Delgado. O telefone do departamento de relações com investidores é (0xx41) 3312-8888, o fax é (0xx41) 3312-8889 e o e-mail é cristiano.delgado@ecoverdi.com.br.

AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA

Martinelli Auditores Independente para os exercícios de 2012/2013/2014.

BANCO ESCRITURADOR

Não possui.

ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS

Localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Wiegando Olsen, 2800, Cidade Industrial – CEP 81460-070. O Atendimento aos Acionistas é realizado pelo Sr. Cristiano Ciriaco Delgado. O telefone para atendimento é (0xx41) 3312-8888, o fax é (0xx41) 3312-8889 e o e-mail é cristiano.delgado@ecoverdi.com.br.



JORNAIS NOS QUAIS A COMPANHIA DIVULGA INFORMAÇÕES

(Diário Oficial da Paraíba – PB e Jornal a União da Paraíba – PB).

SITE NA INTERNET

<http://www.conpel.com.br>. As informações constantes da página na rede mundial de computadores (website na Internet) da Companhia não são partes integrantes deste Formulário de Referência.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

02/06/2015.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO.

1.1. DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA.

Rui Gerson Brandt, Diretor Presidente e **Cristiano Ciriaco Delgado**, Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, declaram que reviram este formulário de referência, que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



2. AUDITORES.

2.1. EM RELAÇÃO AOS AUDITORES INDEPENDENTES.

INFORMAÇÕES	2014	2013	2012
a. Nome empresarial.	Martinelli Auditores Independentes Registro na CVM 00447-2	Martinelli Auditores Independentes Registro na CVM 00447-2	Martinelli Auditores Independentes Registro na CVM 00447-2
b. Nome das pessoas responsáveis, CPF e dados para contato (telefone e e-mail).	Responsável: Alfredo Hirata - CPF: 036.687.878-67 Endereço: Rua Dona Francisca, 1.113 - 10º e 11º andar - CEP 89221-006 - Saguaçu - Joinville/SC - Telefone/Fax (47) 2101-1900 E-mail: gjoinville@martinelliaud.com.br	Responsável: Alfredo Hirata - CPF: 036.687.878-67 Endereço: Rua Dona Francisca, 1.113 - 10º e 11º andar - CEP 89221-006 - Saguaçu - Joinville/SC - Telefone/Fax (47) 2101-1900 E-mail: gjoinville@martinelliaud.com.br	Responsável: Carlos Alberto Felisberto - CPF: 592.103.979-91 Endereço: Rua Dona Francisca, 1.113 - 10º e 11º andar - CEP 89221-006 - Saguaçu - Joinville/SC - Telefone/Fax (47) 2101-1900 E-mail: gjoinville@martinelliaud.com.br
c. Data de contratação dos serviços.	10/05/2010	10/05/2010	10/05/2010
d. Descrição dos serviços contratados.	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação e relatórios financeiros, exame das demonstrações	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação e relatórios financeiros, exame das demonstrações	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação e relatórios financeiros, exame das demonstrações
e. Eventual substituição do auditor, informando:			
i. Justificativa da substituição.	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
ii. Eventuais razões:	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

2.2. MONTANTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

A remuneração total paga à Martinelli Auditores, pelos serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais e trimestrais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação de relatórios financeiros, e exame das demonstrações contábeis, no último exercício social (findo em 31/12/2014), foi de R\$ 55.000 mil.

2.3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.

<u>Em Milhares de Reais</u>			
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2014	2013	2012
a) Patrimônio Líquido	(63.793)	(32.424)	3.394
b) Ativo Total	91.450	92.689	101.732
c) Receita Líquida	53.861	47.761	60.055
d) Lucro Bruto	4.807	3.482	6.168
e) Resultado Líquido	(31.369)	(36.449)	(29.280)
f) Número de Ações, ex-tesouraria	18.122.099	18.122.099	18.122.099
g) Valor patrimonial da ação	(3,52)	(1,79)	0,19
h) Resultado líquido da ação	(1,73)	(2,01)	(1,62)
i) Outras informações contábeis selecionadas	Não há.	Não há.	Não há.

3.2. MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS.

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EBITDA (LAJIDA)

(R\$ mil)	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Receita Operacional Líquida	53.861	47.761	60.055
Custo de bens e/ou Serviços Vendidos	(49.054)	(44.279)	(53.887)
Lucro Operacional Bruto	4.807	3.482	6.168
(-) Despesas com Vendas	(2.218)	(2.406)	(5.625)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(3.757)	(3.850)	(4.814)
(+) Depreciação/ Amortização	3.383	3.061	3.222
(+) Ajustes de estoques de mercadorias	-	-	2.168
EBITDA	2.215	287	1.119
% s/ Receita Operacional Líquida	4,11%	0,60%	1,86%

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis. O EBITDA Ajustado é uma informação



adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de seus resultados operacionais, pelo fato de permitir uma comparação estruturada com outras companhias do mesmo segmento.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) à suas despesas com depreciações e amortizações. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho.

3.3. IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTEREM SUBSTANCIALMENTE.

Não há.



3.4. POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS ÚLTIMOS 3 (Três) EXERCÍCIOS SOCIAIS.

	2014	2013	2012
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, destinar-se-ão em ordem prioritária: I 5% à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; II 25% à distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais; III 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A proposta da administração constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012, que foi submetida aos acionistas da Companhia para deliberação na Assembléia Geral Ordinária realizada em abril de 2013, ficou delimitada a aprovação das demonstrações financeiras em função do prejuízo apresentado.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, destinar-se-ão em ordem prioritária: I 5% à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; II 25% à distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais; III 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A proposta da administração constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012, que foi submetida aos acionistas da Companhia para deliberação na Assembléia Geral Ordinária realizada em abril de 2013, ficou delimitada a aprovação das demonstrações financeiras em função do prejuízo apresentado.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, destinar-se-ão em ordem prioritária: I 5% à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; II 25% à distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais; III 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A proposta da administração constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011, que foi submetida aos acionistas da Companhia para deliberação na Assembléia Geral Ordinária realizada em abril de 2012, ficou delimitada a aprovação das demonstrações financeiras em função do prejuízo apresentado.</p>
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuídos aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuídos aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuídos aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado e 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A Assembléia Geral não autorizará a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar se ele for incompatível com a situação financeira da sociedade. A Assembléia Geral pode criar outros fundos e reservas, bem como autorizar pagamentos de gratificações, nos limites e condições estabelecidos em lei.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado e 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A Assembléia Geral não autorizará a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar se ele for incompatível com a situação financeira da sociedade. A Assembléia Geral pode criar outros fundos e reservas, bem como autorizar pagamentos de gratificações, nos limites e condições estabelecidos em lei.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado e 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A Assembléia Geral não autorizará a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar se ele for incompatível com a situação financeira da sociedade. A Assembléia Geral pode criar outros fundos e reservas, bem como autorizar pagamentos de gratificações, nos limites e condições estabelecidos em lei.</p>



3.5. SUMÁRIO DAS DISTRIBUIÇÕES DE DIVIDENDOS E RETENÇÕES DE LUCRO OCORRIDAS.

Em Milhares de Reais	2014 ¹	2013 ²	2012 ³
a) Lucro (prejuízo) líquido do exercício.	(31.369)	(36.449)	(29.280)
b) Reserva legal.	Não há	Não há	Não há
c) Percentual de reserva legal em relação ao lucro líquido do exercício.	-	-	-
d) Lucro líquido ajustado para fins de dividendos.	Não há	Não há	Não há
e) Dividendo distribuído.	Não há	Não há	Não há
f) Percentual de dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado.	-	-	-
g) Reserva estatutária.	Não há	Não há	Não há
h) Dividendo distribuído por ação ordinária.	Não há	Não há	Não há
i) Data de pagamento do dividendo.	-	-	-
j) Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido.	-	-	-
k) Lucro líquido retido.	Não há	Não há	Não há
l) Data de aprovação da retenção.	Não há	Não há	Não há

¹ Não houve distribuição de dividendos, pois a empresa não apurou lucro líquido no exercício de 2014.

² Não houve distribuição de dividendos, pois a empresa não apurou lucro líquido no exercício de 2013.

³ Não houve distribuição de dividendos, pois a empresa não apurou lucro líquido no exercício de 2012.

3.6. DIVIDENDOS DECLARADOS À CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS CONSTITUÍDAS EM EXERCÍCIOS SOCIAIS ANTERIORES.

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7. NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DA COMPANHIA.

ENDIVIDAMENTO DA COMPANHIA

Em milhares de reais	2013	2013	2012
a) Montante da Dívida, de qualquer natureza (somatório do passivo circulante e do passivo não circulante).	155.243	125.113	98.338
b) índice de endividamento (passivo circulante mais o não circulante, dividido pelo patrimônio líquido).	-2,43	-3,86	28,97



c) Outro índice de endividamento.

i. Método utilizado para calcular o índice.

Não há.

ii. Porque esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia.

Não há.

3.8. OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA DE ACORDO COM NATUREZA E PRAZO DE VENCIMENTO.

EXERCÍCIO SOCIAL 31.12.2014					
OBRIGAÇÕES	TOTAL	Inferior à 1 ano	Superior à 1 ano e inferior à 3 anos	Superior à 3 anos e inferior à 5 anos	Superior à 5 anos
Garantia Real	12.595	12595 ¹	-	-	-
TOTAL	12.595	12595 ¹	-	-	-

¹ As obrigações classificadas como (Garantia Real), são compostas por contratos firmados com o Banco do Nordeste no valor de R\$ 6.200, BicBanco no valor de R\$ 150 e R\$ 1.000, com Banco Daycoval.

3.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não existem outras informações relevantes.



4. FATORES DE RISCO.

4.1. FATORES DE RISCO QUE PODEM INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA.

a) Com relação à Companhia.

Não há fator de risco relevante.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle.

Não há fator de risco relevante.

c) Com relação aos acionistas da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

f) Com relação aos clientes da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua.

Não há fator de risco relevante.

4.2. EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO A RISCOS RELEVANTES.

Não há fator de risco relevante.



4.3. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTES, SÃO RELEVANTES PARA SEUS NEGÓCIOS E NÃO ESTÃO SOB SIGILO.

i. Trabalhistas.

Não há processos relevantes.

ii. Tributários.

A Companhia, no exercício de 2010, foi notificada pela Secretaria Executiva da Receita Estadual do Estado da Paraíba, no valor de R\$ 7.877.526,00 (sete milhões, oitocentos e setenta e sete mil, quinhentos e vinte e seis reais) referente à diferenciais de alíquotas do ICMS sobre as aquisições interestaduais de bens para incorporação ao ativo fixo, produtos para uso e consumo, do ICMS diferido nas operações realizadas com sucatas e ICMS referente as operações destinadas à Zona Franca de Manaus.

Esta notificação foi contestada pela Companhia e a mesma impetrou o pedido de revisão fiscal, nomeando um perito para atuar em conjunto com o auditor fiscal tributário estadual, onde, após reanálise por completo dos itens que compunham tal notificação, foram averiguadas inconsistências e o montante do processo foi reduzido para R\$ 2.926.339,00. No entanto a empresa em Junho de 2014 aderiu ao Programa de Recuperação de Créditos Tributários relacionados ao ICMS, de acordo com Medida Provisória nº 225 de 28 de Abril de 2014, instituída pelo estado da Paraíba. Através deste, a empresa pode parcelar todos os débitos pendentes relacionados ao ICMS, inclusive parcelamento já existente.

No Parcelamento de débitos federais Lei 11.941/09, a Companhia encontrava-se inadimplente com os pagamentos relativos ao período de agosto 2012 até novembro 2013, resultando na perda do direito de manutenção desse parcelamento. As principais consequências da perda desse direito foi o vencimento imediato do referido parcelamento e o aumento da dívida em decorrência da aplicação de juros e acréscimos moratórios sobre o valor devido. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 já contemplam os ajustes que se fazem necessárias a perda do direito aos parcelamentos. Em agosto de 2014, a empresa aderiu ao parcelamento junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da União de acordo com a Lei 12.996/14 e aguarda a consolidação do mesmo.

iii. Cíveis.

Não há processos relevantes.

iv. Ambientais.

Não há processos relevantes.



v. Outros.

Não há processos relevantes.

4.4. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE E CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SÃO ADMINISTRADORES OU EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES OU EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES DA COMPANHIA OU DE SUAS CONTROLADAS.

Não há.

4.5. IMPACTOS EM CASO DE PERDA E VALORES ENVOLVIDOS EM PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE.

Não há.

4.6. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO E QUE EM CONJUNTO SEJAM RELEVANTES, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE.

i. Trabalhistas.

Não há.

ii. Tributários.

Não há.

iii. Cíveis.

Não há.

iv. Ambientais.

Não há.

4.7. OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES.

Não há.



4.8. INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DO EMISSOR ESTRANGEIRO E REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR ESTRANGEIRO ESTÃO CUSTODIADOS.

Não há.

5. RISCOS DE MERCADO.

5.1. RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXA DE JUROS.

Em 31/12/2014, não há concentração de riscos de créditos relevantes associados a clientes. O valor contábil dos instrumentos financeiros das contas do balanço equivale aproximadamente ao valor de mercado e esta representado por empréstimos e financiamentos com instituições financeiras em moeda nacional R\$(reais).

A Companhia até 31/12/2014, não possui registros de instrumentos derivativos reconhecidos ou não no Ativo e Passivo em seu balanço patrimonial, e não participa em operações de contratos com instrumentos financeiros derivativos em qualquer outra operação ou cenário de risco definida pela deliberação acima.

5.2. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO DA COMPANHIA, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS.

a) Riscos para os quais se busca proteção, b) estratégia de proteção patrimonial (hedge) e c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge).

Não há.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos.

A companhia busca gerenciar seus riscos através da utilização do fluxo de caixa como ferramenta, pois as variações relevantes podem estar relacionadas a preços dos insumos, matérias-primas, serviços e mão-de-obra que influenciam diretamente nos custos de produção.

e) Indicar se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

Não opera.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.



A CONPEL conduz seus negócios de forma alinhada às boas práticas de governança, onde envolve profissionais de todas as áreas, no trabalho de diagnósticos de riscos e controles internos. A CONPEL é estruturada pelo Conselho de Administração, que é composto atualmente por quatro membros eleitos em Assembléia Geral por acionistas detentores de ações ordinárias, para mandatos de um ano, com possibilidade de reeleição. Suas atribuições incluem a definição das estratégias da Companhia, a escolha dos diretores executivos e o monitoramento de seu desempenho. Os atuais membros foram eleitos em Assembléia realizada em 29 de abril de 2014.

Auditoria Independente.

Os resultados referentes ao exercício de 2014 da CONPEL foram auditados pela empresa Martinelli Auditores. Para eliminar riscos de conflito de interesses, a Conpel mantém uma política onde o auditor não pode avaliar o seu próprio trabalho. Portanto nos exercícios de 2014, 2013 e 2012, os auditores externos não prestaram nenhum outro tipo de serviço a esta Companhia.

Relações com Investidores.

A CONPEL tem constantemente, buscado aprimorar seus meios de informações, com objetivo de prestar todo tipo de serviço de forma rápida e confiável, colocando-se a disposição de todos os acionistas.

5.3. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



6. HISTÓRICO DA COMPANHIA.

6.1. CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA.

CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA

a. Data	16/04/1971
b. Forma	Sociedade Anônima
c. País de Constituição	Brasil

6.2. PRAZO DE DURAÇÃO.

Conforme definido no estatuto social, é indeterminado.

6.3. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA.

A CONPEL (Companhia Nordestina de Papel) atua desde 1971 no setor de fabricação de embalagens. Destaca-se por sua atuação responsável e consolidada no mercado de papéis para embalagens. Está localizada às margens da BR 101, Km 06, município do Conde/PB, sendo de 15 km a distância para o centro de João Pessoa/PB e 110 km para o centro de Recife/PE.

Visando atingir suas metas de crescimento, qualidade e desenvolvimento tecnológico, a CONPEL investe na constante atualização de seus colaboradores, sempre motivados e comprometidos com as normas e condutas da empresa. A Companhia possui um efetivo funcional de 362 colaboradores distribuídos em setores administrativos, produção e manutenção. Além de promover várias iniciativas de cunho educacional e social, a CONPEL investe no desenvolvimento e suporte tanto dos seus funcionários quanto dos membros das comunidades à cerca da sua unidade industrial. Dispondo de equipamentos modernos, a sua capacidade anual é de produzir 68.088 toneladas de papel e sacos.

A CONPEL demonstra e operacionaliza seu compromisso ético perante a sociedade brasileira através da melhoria contínua de suas atividades nas áreas de Segurança, Saúde e Meio Ambiente. O parque industrial da CONPEL é formado por três unidades integradas para produção de papel, sacos multifolhados e caixas de papelão ondulado, que são:

A Fábrica de Papel - FAPE, tem sua produção destinada à fabricação de caixas de papelão ondulado e cônicas, segue normas e procedimentos técnicos fabril da ABTCP (Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel). A Fábrica de Sacos Multifolhados - FASA é estruturada com tubeiras, coladeiras e sistema de transporte automático sincronizado, equipamentos com alto desempenho e que exigem profissionais capacitados e devidamente comprometidos na



qualidade total. A FASA atende às exigências do mercado na fabricação de toda linha de sacos para o envase de produtos minerais, como gesso, calcário, bentonita e principalmente a indústria cimenteira. A Fábrica de Caixas de Papelão Ondulado – FCA, integrada com a FAPE, possui máquinas versáteis para o desenvolvimento e fabricação de todas as estruturas de caixa máster, sendo normais ou especiais. Atualmente, possui estrutura de máquina onduladeira e de impressoras.

6.4. DATA DO REGISTRO NA CVM.

20/07/1977.

6.5. PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS.

Não há.

6.6. INDICAR SE HOVE PEDIDO DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADO EM VALOR RELEVANTE, OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DO EMISSOR, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS.

Não há.

6.7. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES.

Não há.



7. ATIVIDADES DA COMPANHIA.

7.1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS.

As atividades da Companhia compreendem a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagem de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados. A principal matéria prima na produção do papel é o insumo de aparas. As embalagens produzidas pela Conpel atendem diversos setores, nos quais se destacam a construção civil, o setor alimentício e o de produtos de higiene e limpeza.

7.2. SEGMENTOS OPERACIONAIS.

a) produtos e serviços comercializados.

A Conpel atua em um único segmento operacional que compreende a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagem de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados. Tendo em vista que a análise realizada tem como parâmetros as informações aprovadas pela Deliberação da CVM nº 582/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 22.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia.

Os resultados auferidos através de sua atividade resultam unicamente na composição das receitas divulgadas no item 7.6 (a) deste formulário, que compreendem 100% de participação das atividades na receita líquida, pois a companhia atua em um único segmento.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

Os resultados auferidos através de sua atividade resultam unicamente na composição dos lucros ou prejuízos apresentados abaixo, para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, que compreendem 100% de participação das atividades no lucro líquido, pois a companhia atua em um único segmento.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em Milhares de Reais	2014	2013	2012
Prejuízo Líquido do Exercício	(31.369)	(36.449)	(29.280)



7.3. PRODUTOS E SERVIÇOS.

a) características do processo de produção.

As características da Conpel em seu processo produtivo compreendem as seguintes linhas de produção, mencionadas abaixo:

FÁBRICA DE PAPEL.

Com produção destinada à fabricação de chapas/caixas de papelão ondulado, com papel reciclado 100% OCC.

Seus principais produtos são:

- Conpelmil: Papel Miolo de 110 g/m² - 210 g/m²;
- Conpelcor: Papel Capa de 110 g/m² - 200 g/m;
- Conpelmac: Papel Maculatura de 210 g/m².

FÁBRICA DE CHAPAS.

Fabricação de chapas de papelão reciclada/Kraft onda B, C ou BC destinadas ao segmento de embalagens.

Seus principais produtos são:

- Chapas Recicladas: 365 g/m² - 760 g/m²;

FÁBRICA DE CAIXAS DE PAPELÃO ONDULADO.

Fabricação de caixas para embalagens de produtos diversos, com foco no mercado de hortifrutícolas e cerâmico.

Seus principais produtos são:

- Caixa Normal Colada;
- Caixa Normal Grampeada;
- Caixa Corte e Vinco.

FÁBRICA DE SACOS MULTIFOLHADOS.

Fabricação de sacos de papel Kraft extensível multifolhados, micro perfurados, colados e valvulados.

Seus principais produtos são:

- Sacaria para Indústrias de Cimento;
- Sacaria para Indústrias de Minérios (gesso, bentonita, caulim, cal, barita, calcário, óxido de alumínio, argamassas).



b) características do processo de distribuição.

O processo da Conpel é composto por uma equipe de vendedores internos e externos. A entrega dos produtos vendidos é terceirizada.

c) características dos mercados de atuação:

A área de atuação compreende toda a região do nordeste brasileiro.

i. Participação em cada um dos mercados por renda.

Não foi medido.

ii. Participação em cada um dos mercados por localização.

Região	Receita Bruta	% Participação
Nordeste	67.115	83,85%
Sudeste	11.582	14,47%
Norte	672	0,84%
Sul	600	0,75%
Centro-Oeste	72	0,09%
TOTAL	80.042	100,00%

iii. Participação e condições de competição nos mercados.

Não foi medido.

d) eventual sazonalidade.

Não há.

e) principais insumos e matérias primas.

Aparas Recicladas.

Sucata de papelão prensada, principal matéria-prima para a produção de papel.

Devido diversificação desta matéria prima no mercado paraibano, a companhia busca melhores preços em estados próximos, visando a redução dos seus custos de produção.

Seus principais fornecedores são:

- Embrasa;
- Valfredo Xavier Cruz;
- José Bezerra;
- Embacel;
- Paema.

Papel KNE.

Papel não branqueado, essencialmente de fibra longa, altamente resistente ao rasgo e a energia absorvida na tração. Usado para embalagem de sacos de papel.

Seu principal fornecedor:

- Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná.

Tintas.

Tinta flexográfica a base de água indicada para impressoras, sendo utilizada em caixas de papelão ondulado e sacaria.

Seus principais fornecedores são:

- TSA Química do Brasil Ltda.;
- Special Color Tintas UV Ltda.;

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

A companhia mantém relação com seus fornecedores, buscando sempre praticar compra pela relação custo benefício.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores.

A Companhia não possui dependência de fornecedores.

iii. eventual volatilidade em seus preços.

Dentro do mercado de atuação da Companhia poderá ocorrer eventual volatilidade nos preços da sua principal matéria-prima, as “aparas”, que estão sofrendo altas consideráveis, em virtude da negociação entre fornecedores que vem estabelecendo uma média de preços no mercado.

Diante desse cenário a Companhia vem realizando estudos de viabilidade econômica para se buscar a matéria-prima em outros estados.

7.4. CLIENTES RELEVANTES (RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DA COMPANHIA).



a) montante total de receitas provenientes do cliente.

A carteira de Clientes da Companhia esta pulverizada não havendo riscos para a operação.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Em função da atuação da Companhia ser diversificada em linhas de produção não há existência de segmentos operacionais, não afetando a sua operacionalidade.

7.5. EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPANHIA.

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

Não se aplica a companhia.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

As normas da empresa relacionadas ao meio ambiente são baseadas nas legislações ambientais, cuja periodicidade de cumprimento são estabelecidas pelas próprias legislações

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Não há.

7.6. INFORMAÇÕES ACERCA DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

As informações apresentadas abaixo refletem a posição financeira da empresa em relação à receita operacional líquida nos exercícios de 2014, 2013 e 2012, segregadas por família de produto.



DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS POR FAMÍLIA DE PRODUTOS

	2014	(%) da receita líquida	2013	(%) da receita líquida	VARIAÇÃO (%) 2014 / 2013	2012	(%) da receita líquida	VARIAÇÃO (%) 2013 / 2012
RECETA OP. LÍQUIDA	53.861	100%	47.761	100%	13%	60.055	100%	-20%
Papel	5.498	10%	4.120	9%	33%	5.789	10%	-29%
Chapas	5.789	11%	4.875	10%	19%	5.101	8%	-4%
Caixas	33.505	62%	26.991	57%	24%	31.131	52%	-13%
Sacos	9.069	17%	11.775	25%	-23%	18.034	30%	-35%

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável a companhia.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável a companhia.

7.7. REGULAÇÃO DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES.

Não aplicável a companhia.

7.8. OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DA COMPANHIA.

Não há.

7.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

CENÁRIO

No ano de 2014 a companhia deu continuidade na reestruturação dos seus negócios, ampliando sua participação no mercado de ondulados, com conquista de novos clientes e maior ênfase no mercado regional.

Agregado a estratégia de crescimento, promoveu melhorias na sua planta de papel, que resultaram em maior segurança e eficiência no processo, obtendo assim ganhos significativos em produção e melhoria da qualidade.

O Nordeste do país vem apresentando grande potencial no mercado de ondulados, demonstrando desta forma a necessidade em investimentos e ampliação para atender a demanda regional.



PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS DE LONGO PRAZO

A CONPEL é reconhecida pela qualidade de seus produtos e pelo bom atendimento, apresentando desempenho compatível com a realidade e oportunidades do mercado nordestino.

Na unidade de ondulados (papel, chapas e caixas), demos continuidade na consolidação de investimentos, os quais resultaram em ganho de produtividade, com níveis de produção que possibilitaram atender a crescente demanda regional.

Em Sacarias, a redução da produção, impactada pela alta competitividade no setor, estimula a busca por novos segmentos no mercado de embalagens, buscando maiores margens de resultado.

A companhia destaca a importância de investimentos em suas unidades de produção, visto que estas são fundamentais para o crescimento da empresa nos próximos anos, principalmente porque a região Nordeste demonstra índices de crescimento acima da média do país.

8. GRUPO ECONÔMICO.

8.1. DESCRIÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO NO QUAL SE INSERE O EMISSOR.

a) Controladores diretos e indiretos.

A tabela abaixo demonstra a composição acionária da companhia:

CONTROLADORES DIRETOS E INDIRETOS

Nome	Qtde de Ações Detidas	Percentual detido em relação ao Capital Social
EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda.	17.377.638	95,89%
Outros Minoritários.	744.461	4,11%
TOTAL	18.122.099	100%

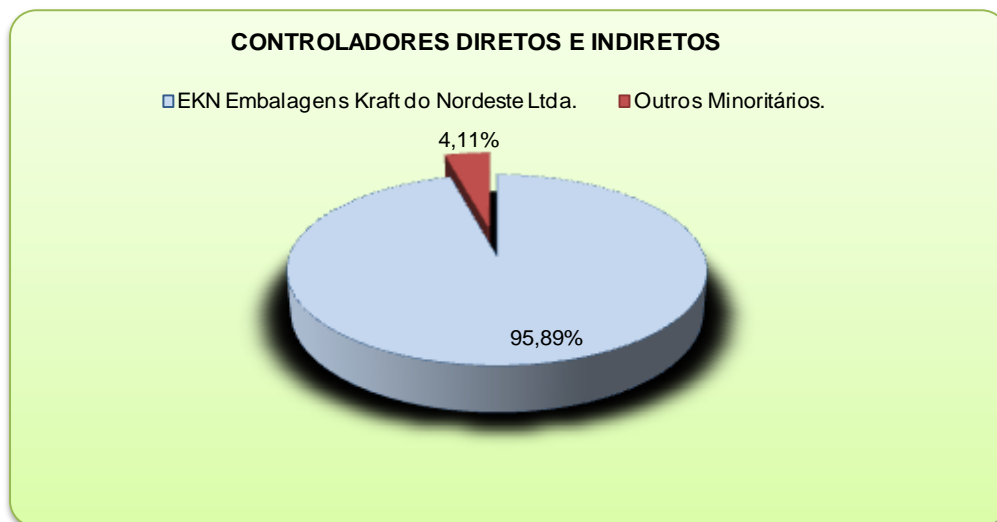
b) Controladas e coligadas.

A companhia possui como controladora direta a empresa EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda.

c) participações da Companhia em sociedades do grupo.

Não há participações.

8.2. ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO.



8.3. OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE AÇÕES, ALIENAÇÕES E AQUISIÇÕES DE CONTROLE SOCIETÁRIO E AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES.

Não houve.



8.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não houve.

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA COMPANHIA, INDICANDO, EM ESPECIAL.

a) ativos imobilizados (inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento), identificando a sua localização.

Descrição do Bem	Complemento	Pais de Localização	Município / UF de Localização	Tipo de Propriedade
TERRENO (Área total 25,2 há)	Área Construída: 30.000 M ² Ruas E Pátios: 10.000 M ²	Brasil	Conde/PB	Própria
Máquina de Papel	Fabricante: CFF – Cia Federal de Fundação Ano de fabricação: 1969 (Reformada em 2004)	Brasil	Conde/PB	Própria
Onduladeira	Fabricante: Tomasoni Indústria de Máquinas Ltda Ano de Fabricação: 2006	Brasil	Conde/PB	Própria
Impressora Caixa Normal - PS 2400	Fabricante: SEB Ano de Fabricação: 1994	Brasil	Conde/PB	Própria
Impressora Caixa Corte e Vinco – Titan-BR	Fabricante: Langston Ano de Fabricação: 2007	Brasil	Conde/PB	Própria
Tubeira 1/531/1273	Fabricante: Gattermann & Hollmenn Ano de Fabricação: 1972	Brasil	Conde/PB	Própria
Tubeira AM-2145/37-765	Fabricante: Windmoller & Holscher Ano de Fabricação: 1991	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira 1/522/1187	Fabricante: Gattermann & Hollmenn Ano de Fabricação: 1972	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira 1/522/1185	Fabricante: Gattermann & Hollmenn Ano de Fabricação: 1972	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira 1/522/2918	Fabricante: Gattermann & Hollmenn Ano de Fabricação: 1984	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira AD 2377/37.768	Fabricante: Windmoller & Holscher Ano de Fabricação: 1991	Brasil	Conde/PB	Própria

b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia.

Não há registros.

i. Duração.

Não há.

ii. Território Atingido.

Não há.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos.

Não há.



iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

Não há.

c) sociedades em que a Companhia tem participação.

Não há.

9.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2009 e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de terrenos, edifícios e construções, máquinas, equipamentos, instalações e benfeitorias para os exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Adoções ao Custo Atribuído (deemed cost)

Conforme estabelecido pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, gerando um aditivo de R\$ 67.808 mil. Sobre o saldo constitui-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 23.055 mil.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes.

No Exercício de 2013, a Companhia realizou estudos por meio dos quais são demonstrados através do Laudo nº 71/2014 fornecido pela Empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda. inscrita no CNPJ 93.272.003/0001-65, o diagnóstico das evidências suficientes de Impairment, neste contexto, a companhia visando o atendimento ao disposto no CPC 01, realizou provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos, no montante de R\$ 20.842 Mil, no ativo imobilizado.



10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES.

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

A diretoria considera as condições financeiras e patrimoniais adequadas para atender todos os compromissos da companhia de curto, médio e longo prazo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Para a diretoria, a estrutura de capital é adequada para atender as necessidades da companhia.

I. Hipóteses de Resgate

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.

II. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A diretoria considera que a companhia dispõe de recursos suficientes para atender a todos os compromissos de curto, médio e longo prazo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Não houve.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A diretoria considera suficientes os seus recursos próprios para atender as necessidades de capital de giro, porém para possíveis investimentos em ativos não-circulantes serão necessários realização de financiamentos.

f) níveis de endividamento e características das dívidas.

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes; II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras; III. Grau de subordinação entre as dívidas.



Banco	Modalidade	Valor Original Empréstimos	Saldo a Pagar Atualizado em 31/12/2014	Taxa de Juros / Mês	Parcelas Restantes
Banco BicBanco	Conta Garantida	300	117	1,50%	-
Banco Daycoval	Conta Garantida	2.000	1.758	0,90%	-
Banco do Nordeste	Capital de Giro	2.383	731	0,55%	-
Max Fundo Investimentos	Capital de Giro	7.003	7.003	1,61%	-
Athenabanco Fomento Mercantil Ltda	Capital de Giro	2.614	2.614	1,62%	-
Banco Sífra	Capital de Giro	358	358	1,64%	-
Banco Bradesco	Capital de Giro	56	14	1,08%	-
TOTAIS		14.714	12.595		

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável a companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

A companhia possui uma linha de crédito junto a Instituições financeiras no valor de R\$ 10 milhões, cujo saldo atual disponível é de R\$ 3,5 milhões.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Em milhares de Reais			
	2014	2013	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	80.042	72.903	8,92%
(-) Deduções sobre vendas	(26.181)	(25.142)	3,97%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	53.861	47.761	11,33%
Custo dos produtos vendidos	(49.054)	(44.279)	9,73%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	4.807	3.482	27,56%
Receitas (Despesas) Operacionais	(9.508)	(33.961)	-257,18%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(4.701)	(30.479)	-548,35%
Resultado Financeiro Líquido	(23.736)	(9.899)	58,30%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.932)	3.929	234,00%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL LÍQUIDO	(31.369)	(36.449)	-16,19%

Receita Operacional Bruta: A receita operacional bruta passou de R\$ 72.903 mil em 2013 para R\$ 80.042 mil em 2014, variação motivada pelo aumento no volume das vendas de Caixas.

Deduções sobre vendas: A variação nas deduções sobre vendas acompanharam o faturamento da Companhia.

Custo dos Produtos Vendidos: em relação á receita operacional bruta não houve variações nos exercícios de 2013/2014.



Receitas e Despesas Operacionais: Considerando apenas a variação pertinente a operação, podemos constatar aumento de 257,18% em relação ao período anterior devido à Provisão referente ao diagnóstico de Impairment no valor de 20.842 mil em 2013.

Resultado Financeiro Líquido: O Aumento de 58,3% em relação ao exercício anterior está relacionado diretamente à provisão de juros sobre impostos correntes e a adesão do parcelamento estadual de acordo com Medida Provisória nº 225 de 28 de Abril de 2014, instituída pelo estado da Paraíba.

ATIVO			
Em milhares de Reais			
	2014	2013	VARIAÇÃO
CIRCULANTE	32.310	31.131	3,79%
Clientes (Contas a Receber)	15.341	11.952	28,36%
Estoques	15.032	14.519	3,53%
NÃO CIRCULANTE	59.140	61.558	-3,93%
Realizável a Longo Prazo	13.441	14.801	-9,19%
Créditos Tributários Diferidos	9.894	13.191	-24,99%
PERMANENTE	45.699	46.757	-2,26%
Imobilizado	45.699	46.424	-1,56%
Diferido Líquido	-	333	-100,00%

Clientes: O grupo de contas a receber de clientes tem sua variação afetada pelo aumento de prazo para alguns contratos com clientes de caixas.

Estoques: A Variação de 3,53% apresentada entre os períodos está relacionada diretamente ao aumento do volume de insumos e aumento dos estoques de produtos acabados programados para entrega nos próximos meses de 2015.

Créditos Tributários Diferidos: Refere-se ao percentual de 34% (25% IRPJ e 9% CSLL) sobre saldo da provisão para credores de liquidação duvidosa e provisão para Impairment no montante de R\$ 26,4 Milhões no exercício de 2014.

Imobilizado Líquido: Depreciações, calculadas pelo método Linear, de acordo com taxa anual fixada pela legislação do Imposto de Renda artigo 310 RIR/99, Dec.3.000 de 26/03/1999. A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2009 e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de terrenos, edifícios e construções, máquinas, equipamentos, instalações e benfeitorias para o exercício de 2013 e 2014.



Diferido Líquido: Amortizações, calculadas pelo método Linear, de acordo com taxa anual fixada pela legislação do Imposto de Renda artigo 310 RIR/99, Dec.3.000 de 26/03/1999.

PASSIVO			
Em milhares de Reais			
	2014	2013	VARIAÇÃO
CIRCULANTE	122.109	86.088	41,84%
Fornecedores Nacionais	9.484	8.397	12,95%
Empréstimos e Financiamentos	12.595	6.450	95,27%
Obrigações Sociais	10.970	5.651	94,12%
Obrigações Tributárias	87.723	63.963	37,15%
Adiantamento de clientes	1.212	1.172	3,41%
Outras Obrigações	125	455	-72,53%
NÃO CIRCULANTE	33.134	39.026	-15,10%
Obrigações Sociais	2.148	3.482	-38,31%
Obrigações Tributárias	7.229	1.216	494,49%
Empresas Ligadas	2.158	2.279	-5,31%
Provisão para Contingências	0	10.086	-100,00%
Impostos Diferidos	21.599	21.963	-1,66%

Fornecedores: Um dos principais fatores do aumento do grupo de fornecedores está relacionado com a estratégia de alongamento de prazo.

Empréstimos e Financiamentos: O acréscimo de 95,27% nesse grupo está condicionado a capital de giro da operação.

Obrigações Sociais e Obrigações Tributárias: O aumento está relacionado diretamente à provisão de juros sobre impostos correntes e a adesão do parcelamento estadual de acordo com Medida Provisória nº 225 de 28 de Abril de 2014, instituída pelo estado da Paraíba.

10.2. Comentários dos diretores sobre.

a) resultados das operações da Companhia.

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da companhia resulta essencialmente da produção e comercialização de seus produtos no segmento de papéis do tipo kraft, chapas de papelão, embalagem de caixas e sacos. A receita líquida é altamente impactada por variações de volumes e preços. No mercado interno a Companhia abrange vários setores, com destaque aos de construção civil, alimentício e de produtos de higiene.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A formação de preços dos produtos é diferente nos diversos segmentos que a Companhia atua e sofre influência do PIB, inflação, nível de atividade econômica, variação da taxa de juros, carga tributária, preços de matéria prima (aparas de papel), energia e gás natural. Em 2014, o fator que mais influenciou no resultado foi o aumento do volume de vendas. Isto impactou diretamente na margem de lucro.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As variações das receitas decorrem especialmente da oferta e a demanda no mercado, bem como a influência do PIB, nível de atividade econômica, inflação, carga tributária e pelos preços dos principais insumos como a aparas, preços dos insumos energéticos e por fatores da economia global como a crise mundial.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

c.1) Impacto da inflação.

Não foram significativos no exercício de 2014.

c.2) Variações de preços dos principais insumos e produtos.

Aumento nos preços das aparas de papel em 2014 influenciaram negativamente nos custos dos produtos vendidos.

c.3) Variações do câmbio e taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro.

As despesas financeiras do exercício de 2014 foram impactadas pelo reconhecimento de parcelamento federal e provisão de juros e multa sobre impostos correntes.

10.3. EVENTOS RELEVANTES E IMPACTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADOS DA COMPANHIA.

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não ocorreram e não há previsão de ocorrer eventos relevantes.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não ocorreram e não há previsão de ocorrer eventos relevantes.

c) eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram e não há previsão de ocorrer eventos relevantes.

10.4. Os diretores devem comentar.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não houve mudanças significativas durante o exercício de 2014 nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não há

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A administração da empresa não elaborou estudo específico quanto à análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (impairment), conforme exigido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio do CPC 01- “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”. A falta dessa análise constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos e, conseqüentemente, não temos condições de avaliar sobre a existência de possíveis perdas sobre os saldos consignados em 31 de dezembro de 2014.

OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL, o desempenho de suas operações os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASES

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Empresa em continuidade normal dos negócios, que pressupõe a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. A Companhia apresentou significativos prejuízos nos últimos exercícios, situação que está se repetindo para o exercício de 2014, conseqüentemente está apresentando passivo a descoberto. Conforme mencionado na nota explicativa 4, a administração da Companhia vem tomando diversas medidas para reversão dessa situação e, conseqüentemente, para retomada e manutenção do curso normal das atividades. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS DA COMPANHIA.

Atendem a Lei das Sociedades por Ações e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os Pronunciamentos Técnicos.

10.6. CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS.

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A diretoria realizou todos os esforços para que as demonstrações financeiras e suas notas explicativas registrassem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, segundo as praticas contábeis adotadas no Brasil, cumprindo a legislação vigente, e bem assim, as normas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não houve deficiências significativas incluídas no relatório dos auditores independentes.

10.7. ASPECTOS REFERENTES A EVENTUAIS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Não aplicável a companhia.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável a companhia.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável a companhia.

10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial.



Não ocorreram.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não ocorreram.

10.9. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não aplicável a companhia.

b) natureza e propósito da operação.

Não aplicável a companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável a companhia.

10.10. PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA COMPANHIA.

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos).

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Há estudo em andamento para aumento da capacidade de produção e modernização, mas sem conclusão e realização de investimentos até o presente momento.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

A companhia está avaliando, juntamente com o estudo para aumento da capacidade de produção.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.



Não há.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não há.

c) novos produtos e serviços.

Em estudo sem definição até o momento.

10.11. OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.

Não foram identificados outros fatos relevantes que não os anteriormente comentados.



11. PROJEÇÕES.

11.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PROJEÇÕES.

a) Objeto das projeções.

Não há.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção.

Não há.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle.

Não há.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção.

Não há.

11.2. NA HIPÓTESE DE A COMPANHIA TER DIVULGADO, DURANTE OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES.

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não há.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Não há.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não há.

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO.

12.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA, CONFORME ESTABELECIDO NO SEU ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO.

a) atribuições de cada órgão e comitê.

A Companhia é administrada por um conselho de administração e por uma diretoria. O conselho de administração é composto de 4 (quatro) conselheiros, que sejam pessoas naturais, acionistas da sociedade e residente no país, eleitos em Assembléia Geral. A diretoria é composta de 2 (dois) diretores no mínimo, sendo um diretor presidente e um diretor superintendente, e até mais 9 (nove) diretores, sendo 8 (oito) diretores sem designação de cargo e 1 (um) diretor adjunto. Os conselheiros e diretores possuem um prazo de gestão de 1 (um) ano, que se estenderá até a posse dos que forem eleitos para o período seguinte, sendo definidos na ata da Assembléia Geral, suas atribuições em conformidade com o art. 142 da Lei 6.404/76.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.

A sociedade tem um Conselho Fiscal não permanente, composto de 04 (quatro) membros efetivos e 04 (quatro) suplentes, acionistas ou não, o qual funcionará somente no exercício social em que for instalado nas hipóteses previstas em lei. A eleição de seus membros e a fixação de sua remuneração deve ocorrer na Assembléia Geral em que for pedida sua instalação.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

Não há.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Compete especialmente ao diretor presidente:

(a) convocar e presidir as Assembléias Gerais e as Reuniões da Diretoria;

(b) executar e fazer as resoluções das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;

(c) estando vago o cargo de diretor superintendente, exercer também a superintendência.

Compete especialmente ao diretor superintendente:

- (a) substituir o diretor presidente, em sua ausência ou impedimento ocasionais, e estando vago o cargo de diretor presidente, exercer a presidência e superintendência;
- (b) coordenar e superintender as atividades da sociedade;
- (c) dirimir conflitos de atribuições entre demais diretores;
- (d) determinar a orientação geral da administração social e composição de negócios da sociedade;
- (e) representar a sociedade ativa e passivamente em juízo ou foro dele.

As atribuições dos diretores sem designação de cargos e as do diretor adjunto serão estabelecidas na reunião do Conselho de Administração se houver.

À Diretoria como um todo, caberá os poderes de administração, competindo-lhes ainda:

- (a) celebrar contratos de abertura de crédito, de financiamento, e outros similares, com instituições financeiras públicas e privadas.
- (b) quando autorizada pelo Conselho de Administração, alienar bens imóveis, constituir ônus reais sobre bens sociais e prestar garantia a obrigações de terceiros;
- (c) assumir obrigações que impliquem, direta ou indiretamente, na vinculação à sua satisfação ou adimplemento de bens, genérica ou especificamente considerados, indispensáveis à continuidade dos negócios sociais;
- (d) discutir, aprovar e executar orçamentos ou planos de investimentos para os quais seja imprescindível a obtenção, por qualquer forma, de recursos junto aos mercados de capital ou financeiro;
- (e) indicar e nomear procuradores para quaisquer fins;
- (f) representar a sociedade e praticar todos os atos necessários a seu funcionamento regular, inclusive em operações bancárias de descontos, caução de títulos e outros necessários ao giro comercial;
- (g) deliberar sobre as matérias de que trata o parágrafo único do artigo 2º do Estatuto Social que autoriza a criação ou extintos de escritórios, filiais, agências, sucursais, e depósitos em qualquer parte do território nacional, a critério da Diretoria.



e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

Não há.

12.2. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS.

a) prazos de convocação.

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 8 dias corridos de antecedência em segunda convocação, observada a regra prevista no art. 124, § 1º, item II, da Lei n.º 6.404/1976.

b) competências.

A Assembleia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, e a ela competirá: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação dos Resultados do exercício e distribuição de dividendos; (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Endereço eletrônico:

<http://www.cvm.gov.br/>
<http://www.conpel.com.br/>

Endereço Físico:

Localizada na Rodovia BR 101 km 06, no Município do Conde, Estado da Paraíba – CEP 58322-000 – Fone: (83) 3048-2300.

d) identificação e administração de conflitos de interesses.

Os conflitos de interesses após identificados são administrados pelo Diretor Superintendente, por meio de análise de objeto e análise de situação fadiga.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

Não há regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, pois



conforme definido em estatuto social somente as ações ordinárias tem direito de voto, cabendo, a cada uma delas, um voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Não há.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

Não há fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das Assembleias Gerais.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Não há.

12.3. DATAS E JORNAIS DE PUBLICAÇÃO.

PUBLICAÇÕES				
		2014	2013	2012
Aviso aos Acionistas	Data	27/03/2015 28/03/2015 - 29/03/2015	26/03/2014 27/03/2014 - 28/03/2014	26/03/2013 27/03/2013 - 28/03/2013
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba
Convocação da Assembleia Geral	Data	27/03/2015 28/03/2015 - 29/03/2015	26/03/2014 27/03/2014 - 28/03/2014	26/03/2013 27/03/2013 - 28/03/2013
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba
AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Data	29/04/2015	29/04/2014	29/04/2013
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba
Demonstrações Financeiras	Data	24/04/2015	11/04/2014	12/04/2013
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba

12.4. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

a) frequência das reuniões.



Ao Conselho de Administração, que se reunirá por convocação do presidente, competem às atribuições estatutárias, inclusive as de eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

Não há acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembléia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

12.5. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DO ESTATUTO PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE ACIONISTAS E ENTRE ESTES E A COMPANHIA POR MEIO DE ARBITRAGEM.

Não há.



12.6. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.

CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO – EFETIVOS

Nome	Dt. Nascimento	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo	Data da Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador
Luiz Cláudio Bettega de Pauli	26/06/1954	61 anos	Engenheiro Químico	254.115.199-34	Conselheiro Presidente	29/04/2014	29/04/2014	1 ano	N/A	Sim
Jackson Lenzi Pires	07/10/1954	61 anos	Engenheiro Elétrico	231.122.989-34	Conselheiro Vice-Presidente	29/04/2014	29/04/2014	1 ano	N/A	Sim
Paulo Eduardo Rodrigues Ceschin	15/01/1963	52 anos	Engenheiro Mecânico	535.898.319-87	Conselheiro de Administração	29/04/2014	29/04/2014	1 ano	N/A	Sim
Antônio Eloi Fontana de Pauli	31/05/1937	78 anos	Empresário	003.034.379-87	Conselheiro de Administração	29/04/2014	29/04/2014	1 ano	N/A	Sim

RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES – EFETIVOS

Nome	Dt. Nascimento	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo	Data da Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador
Rui Gerson Brandt	27/06/1949	66 anos	Contador	016.119.339-00	Diretor Superintendente	29/04/2014	29/04/2014	1 ano	N/A	Sim
Cristiano Ciriaco Delgado	14/05/1976	39 anos	Contador	015.425.019-89	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	29/04/2014	29/04/2014	1 ano	N/A	Sim

Conselho de Administração - Suplentes.

Não se aplica a companhia.

Conselho Fiscal - Efetivos.

Não se aplica a companhia.

Conselho Fiscal - Suplentes.

Não se aplica a companhia.



12.7. MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, COMITÊS DE AUDITORIA, COMITÊS DE RISCO, COMITÊS FINANCEIRO E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO.

Não se aplica a companhia.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer.

a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal.

Conselho de Administração - Efetivos.

Luiz Cláudio Bettega de Pauli: Membro da Diretoria da empresa Arpeco S/A – Artefatos de Papeis, Membro do Conselho de Administração da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Membro do Conselho da FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Membro do conselho do IBQP – Instituto Brasileiro Qualidade e Produtividade, Coordenador COMAG do SINPACEL, Conselheiro Profissional Certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Jackson Lenzi Pires: Membro do Conselho de Administração da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Sócio-Gerente da empresa Petrus Construções Ltda, ex-Diretor Geral da Empresa Plásticos do Paraná Ltda, foi engenheiro responsável por centros de operações na Diretoria de Operações da empresa Telepar – Telecomunicações do Paraná (1979-1987).

Paulo Eduardo Rodrigues Ceschin: Coordenador do Conselho Temático de Infraestrutura da FIEP, Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Administração e Direção de Empresas pela MDA ESADE, presidente da empresa Geoplan do Brasil LTDA ocupa o cargo de Coordenador do Conselho Temático de Infraestrutura da FIEP, membro do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura da CNI.

Antônio Eloi Fontana de Pauli: Sócio Diretor da empresa APC Administradora de Bens Ltda. Ex diretor das empresas: Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná, Arpeco S/A Artefatos de Papeis, Conpel Cia Nordestina.

Relação de Administradores - Efetivos

Rui Gerson Brandt: Presidente do Sinpacel, CEO da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Diretor Presidente da empresa ARPECO.

Cristiano Ciriaco Delgado: CFO da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Diretor da empresa ARPECO.



b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal.

(i) qualquer condenação criminal;

- Não há condenação criminal

(II) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

- Não há condenação criminal.

(iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- Não houve em processos administrativos da CVM, nem outra condenação, seja na esfera judicial ou administrativa decisão que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. RELAÇÕES CONJUGAIS, UNIÕES ESTÁVEIS OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU EXISTENTES ENTRE.

Não há.

12.10. RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E.

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não se aplica a companhia.

b) controlador direto ou indireto da Companhia.

Não se aplica a companhia.

c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

Não se aplica a companhia.

12.11. ACORDOS (INCLUSIVE APÓLICES DE SEGURO) ESTABELECIDO O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU À COMPANHIA, DE PENALIDADES



IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS E ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES.

Não há.

12.12. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES.

Não há.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.

13.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS.

a. objetivos da política ou prática de remuneração.

- Manter uma remuneração que recompense adequadamente aos administradores, respeitando a legislação vigente e proventos equivalentes aos oferecidos ao mercado.

b. composição da remuneração, indicando.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Os membros da Diretoria recebem remuneração fixa mensal e outros benefícios, tais como seguro de vida e assistência médica.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

- Remuneração fixa: 98,5%.
- Benefícios: 1,5%.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

- Em Assembléia Geral Ordinária de acionistas é fixado o montante anual que será empregado na remuneração dos seus administradores.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

- Estar alinhados a prática de mercado e legislação vigente;
- Ser economicamente viável;
- Buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com os objetivos da empresa.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Práticas de mercado e Legislação Vigente.



d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não se aplica a companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A empresa busca alinhamento através de salários compatíveis com o Mercado.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não se aplica a companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não se aplica a companhia.

13.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL.

REMUNERAÇÃO CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES			
	Diretoria	Conselho	Total
Numero de Membros	2	4	6
Maior de 2011 até Abril de 2012	Até 432.000,00	Até 300.000,00	Até 732.000,00
Maior de 2012 até Abril de 2013	Até 432.000,00	Até 300.000,00	Até 732.000,00
Maior de 2013 até Abril de 2014	Até 432.000,00	Até 300.000,00	Até 732.000,00
Maior de 2014 até Abril de 2015	Até 432.000,00	Até 300.000,00	Até 732.000,00

13.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL.

Não há.

13.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE.

Não há.

13.5. AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU QUOTAS, EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não há.

13.6. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não há.

13.7. INFORMAÇÕES A RESPEITO DAS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não há.

13.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO.

Não há.

13.9. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES).

Não há.

13.10. INFORMAÇÕES SOBRE OS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS.

Não há.

13.11. REMUNERAÇÃO, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL.

	Diretoria	Conselho de Administração
Número de Membros	2	4
Valor da Maior Remuneração Individual de Maio de 2011 a Abril de 2012 ¹	237.600	75.000
Valor da Menor Remuneração Individual de Maio de 2011 até Abril de 2012 ²	194.400	75.000
Valor Médio da Remuneração Individual de Maio de 2011 até Abril de 2012 ³	216.000	75.000
Valor da Maior Remuneração Individual de Maio de 2012 a Abril de 2013 ¹	237.600	75.000
Valor da Menor Remuneração Individual de Maio de 2012 até Abril de 2013 ²	194.400	75.000
Valor Médio da Remuneração Individual de Maio de 2012 até Abril de 2013 ³	216.000	75.000
Valor da Maior Remuneração Individual de Maio de 2013 a Abril de 2014 ¹	237.600	75.000
Valor da Menor Remuneração Individual de Maio de 2013 até Abril de 2014 ²	194.400	75.000
Valor Médio da Remuneração Individual de Maio de 2013 até Abril de 2014 ³	216.000	75.000

¹ Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.

² Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.

³ Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.

13.12. ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA).

Não há.

13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA



ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO.

Diretores Estatutários – 100%.

13.14. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS.

Não há.

13.15. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS.

Não há.

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Todas as informações relevantes e pertinentes estão divulgadas nos itens acima.

14. RECURSOS HUMANOS.

14.1. RECURSOS HUMANOS DA COMPANHIA.

a) Empregados.

NÚMERO DE COLABORADORES POR CENTRO DE CUSTO

<u>DESCRIÇÃO CENTRO DE CUSTO</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Presidência e Vice Presidência	1	1	1
Conselheiros	4	4	4
Diretoria	1	1	1
Gerência Industrial	1	2	-
Administração	5	6	5
Serviços Gerais	9	7	6
Financeiro	6	-	-
Faturamento e Expedição	33	34	32
Vendas	10	11	10
Recursos Humanos	4	3	3
Almoxarifado	6	6	4
Departamento de Produção	5	4	4
Higiene e Segurança do Trabalho	3	3	3
Meio Ambiente	2	2	3
Compras	3	3	3
Geração de Vapor	10	10	11
Controle de Qualidade	13	13	13
Fábrica de Papel	50	48	48
Fábrica de Sacos	51	54	61
Fábrica de Caixas	82	65	80
Onduladeira	34	29	24
Manutenção Industrial	28	26	28
Manutenção elétrica	11	11	11
TOTAL DE COLABORADORES	372	343	355

b) Terceirizados.

NÚMERO DE TERCEIRIZADOS POR SETOR/DEPARTAMENTO

<u>EMPRESA</u>	<u>Setor/Departamento</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Naja	Portaria, Vigilância e Serviços Gerais	-	8	9
Tech Result	TI	1	1	1
Boa Mesa	Restaurante	12	12	7
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS		13	21	17

c) índice de rotatividade.

ÍNDICE DE ROTATIVIDADE

2012	Saldo Anterior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rotatividade / mês	402	-1,74%	-6,58%	-2,44%	3,89%	-2,41%	0,55%	-3,00%	1,97%	-0,28%	0,55%	-3,02%	0,57%
Rotatividade / Acumulado		-1,74%	-8,32%	-10,76%	-6,87%	-9,28%	-8,73%	-11,73%	-9,76%	-10,04%	-9,49%	-12,51%	-11,94%
2013	Saldo Anterior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rotatividade / mês	355	-0,28%	-0,28%	-0,57%	-0,57%	-0,86%	0,00%	-1,45%	-0,59%	-0,59%	0,59%	-0,59%	1,78%
Rotatividade / Acumulado		-0,28%	-0,56%	-1,13%	-1,70%	-2,56%	-2,56%	-4,01%	-4,59%	-5,18%	-4,59%	-5,18%	-3,40%
2014	Saldo Anterior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rotatividade / mês	343	0,29%	1,16%	0,86%	-0,57%	2,01%	0,00%	0,56%	0,28%	0,84%	1,38%	1,36%	0,00%
Rotatividade / Acumulado		0,29%	1,45%	2,32%	1,75%	3,75%	3,75%	4,31%	4,59%	5,43%	6,81%	8,17%	8,17%

d) exposição a passivos e contingências trabalhistas.

A Companhia mantém uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais, de acordo com análise de cada processo individualmente e sua possível ou não chance de se realizar.

14.2. ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 14.1.

A Companhia mantém adequado seu quadro de colaboradores em conformidade com sua demanda produtiva e comercial.

14.3. POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA.

O Manual de Administração de Cargos e Salários apresenta a política e os procedimentos relacionados à administração de todos os assuntos relacionados ao sistema de remuneração adotado pela Conpel, ajustando-se à realidade do mercado e mantendo uma adequada relação vertical entre os salários praticados internamente. A funcionalidade, adequação e aplicabilidade desse Plano de Administração de Cargos e Salários estarão diretamente ligadas às mudanças que ocorrerem nos sistemas de trabalho.

Cabe a Conpel a iniciativa de propor alternativas de adequação das diretrizes, critérios e descrições dos cargos existentes no plano a fim de atender às novas exigências do mercado. Esta Política servirá de base para as decisões do dia-a-dia da empresa relacionadas com Cargos e Salários. Os Gestores são responsáveis pela administração dos salários de suas equipes, utilizando as normas e critérios aqui definidos como referência básica para suas decisões de forma consistente e coerente, evitando utilizar a subjetividade.

Objetivos gerais da política de cargos e salários.



Essa política visa direcionar a utilização do plano e estrutura de cargos e salários da Conpel, definindo as diretrizes, normas e procedimentos a serem seguidos a fim de assegurar a igualdade de critérios nos assuntos relacionados

à administração de cargos e salários, alinhando-a aos objetivos da empresa. Um adequado plano de cargos e salários permite:

- ✓ Elaborar os perfis dos cargos e definir responsabilidades para cada um, incentivando a melhoria contínua do desempenho de seus ocupantes com base no conhecimento das atribuições e formas de remuneração;
- ✓ Estabelecer parâmetros capazes de avaliar o valor relativo dos cargos, a fim de assegurar o equilíbrio interno (relação entre os salários e os cargos dentro da empresa) e externo (comparação com a realidade de mercado);
- ✓ Atrair e reter os profissionais que possam contribuir para a continuidade e melhoria na performance da empresa;
- ✓ Harmonizar os interesses econômicos e financeiros da Conpel com os interesses de crescimento profissional e qualidade de vida dos profissionais;

Administração e controle.

Compete ao Diretor Geral da Conpel a aprovação desse Manual e da Política e Procedimentos relativos à implantação do Plano de Administração de Cargos e Salários do Grupo. Cabe à Gerente de Desenvolvimento Organizacional da Conpel a responsabilidade de definir a política salarial a ser adotada, a fim de assegurar que a empresa mantenha um plano efetivo de Administração de Cargos e Salários, coerente com o negócio e estratégias da empresa e de forma a manter o equilíbrio salarial interno e em relação ao mercado.

A área de Desenvolvimento Organizacional tem a responsabilidade de manter atualizadas as normas e diretrizes contidas nessa política, bem como o esclarecimento de dúvidas relativas à aplicação da mesma. As descrições para os novos cargos devem ser elaboradas levando-se em consideração as tarefas específicas para o cargo e feitas em conjunto com a chefia imediata do ocupante do respectivo cargo. As descrições devem ser revistas sempre que o conteúdo for alterado por iniciativa da chefia ou a cada ano a fim de adequá-la às novas necessidades da empresa. Todos os cargos são avaliados de acordo com os fatores de avaliação predefinidos, juntamente com representantes dos departamentos envolvidos. Os salários de admissão e os devidos enquadramentos (por mérito, tempo no cargo ou ajuste ao mercado) serão feitos de acordo com a política estabelecida pela empresa neste Manual.

Estrutura de cargos e salários.



A estrutura de cargos e salários é composta de algumas ferramentas básicas que permitem administrar a política adotada pela empresa. Dentre essas ferramentas estão:

Descrição de cargos.

A descrição de cargos permite esclarecer o objetivo de cada cargo dentro da organização. Define as responsabilidades e os requisitos essenciais para um bom desempenho das funções pertinentes ao cargo, além das competências necessárias para executar as tarefas, formação técnica, experiências, cursos, conhecimentos, habilidades e atitudes, conforme as exigências da Companhia.

Estrutura de cargos.

A estrutura de cargos estabelece os níveis salariais praticados pela empresa e a remuneração adequada para cada cargo. Ela é construída com base em pesquisas salariais de mercado, identificando como os profissionais do mesmo nível hierárquico estão sendo remunerados, a fim de equilibrar a prática da empresa com a do mercado.

Tabelas e Faixas salariais.

As tabelas salariais foram definidas de acordo com grupo de cargos, sendo 03 tabelas: Executivos, Técnicos e Administrativos e Operacionais. Cada tabela foi subdividida em graus e para cada grau foi estabelecida uma faixa salarial para cada cargo. A faixa salarial servirá para definir o salário de cada profissional conforme o seu desempenho no cargo.

Quadro de lotação de pessoal – QLP.

Entende-se por Quadro de Lotação de Pessoal as informações das vagas orçadas e devidamente aprovadas, vagas preenchidas e vagas em aberto (diferença entre vagas orçadas e preenchidas). O Quadro de Lotação de Pessoal deverá ser revisado na época da elaboração do orçamento anual e aprovado pela Diretoria da Área e Diretoria Geral. A área de Administração de Pessoal deverá controlar a quantidade real de funcionários por cargo e as promoções / admissões somente serão autorizadas mediante disponibilidade de vagas. Após a aprovação do orçamento anual, os aumentos de quadro serão permitidos somente com aprovação do Diretor Geral.

Avaliação de desempenho anual.

Será de responsabilidade da Chefia Imediata, a realização da Avaliação de Desempenho Anual, utilizando-se de formulário próprio e com aplicação a cada 12 meses. O objetivo é avaliar o nível de desempenho e qualidade na



realização das tarefas, entrega de resultados, etc. Caberá a área de Gestão de Pessoas a responsabilidade de controlar e apoiar as áreas na realização desta avaliação de desempenho. Os funcionários que atenderem os demais requisitos e obtiverem nota igual ou superior a 45 pontos nesta avaliação, serão elegíveis a promoção ou aumentos salariais.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

CONCEITO	PONTOS	MÉDIA DAS NOTAS
Insatisfatório	De 09 a 44	1,0 a 4,9
Satisfatório	De 45 a 63	5,0 a 7,0
Excelente	De 64 a 81	7,1 a 9,0

Divulgação da política de cargos e salários.

Será de responsabilidade da Gerência de Desenvolvimento Organizacional a divulgação e/ou a realização de treinamento aos Gestores a política de Cargos e Salários, a fim de esclarecer os conceitos, princípios, regras e principalmente os objetivos para reforçar a credibilidade desta Política. Os Gestores deverão divulgar aos colaboradores as regras para evolução no Plano de Carreira e também os critérios da avaliação de desempenho.

a) Política de salários e remuneração variável.

A política salarial tem o objetivo de estabelecer todos os procedimentos relacionados à movimentação de pessoal dentro da empresa considerando salários de admissão, promoções, transferências de cargos, entre outros fatores que serão apresentados a seguir:

Admissão de pessoal.

A admissão de um novo profissional está condicionada a existência de vaga no quadro de pessoal. No caso de contratação de um profissional para um cargo que ainda não exista no quadro da empresa, a definição prévia do título e do salário deverá ser estabelecida a partir de pesquisa realizada no mercado e avaliação interna para estabelecimento da classe salarial à qual o cargo será enquadrado.

Preenchimento de vagas existentes.

O preenchimento de vagas existentes deverá ser feita de acordo com a Política de Recrutamento e Seleção de Pessoal da Conpel, observando a descrição do cargo e o perfil do profissional, a fim de verificar se o candidato atende aos requisitos essenciais para o desempenho de suas funções.

Salário de admissão.

O salário de admissão é o ponto de partida para a evolução salarial do profissional dentro da empresa. Portanto, deverá ser efetuado no nível A (inicial

da faixa salarial). Após o período de experiência, o salário poderá ser enquadrado no nível B ou no nível C. Essa proposta deverá ser negociada no momento da admissão do novo funcionário e constar no formulário de Requisição de Pessoal. Em situações excepcionais, a admissão poderá ser feita com um salário superior ao nível inicial. Situação excepcional contempla a contratação de um profissional com experiência para um cargo chave dentro da empresa que esteja em posição extremamente competitiva no mercado. O salário inicial poderá ficar entre os níveis C e D da faixa salarial. Para os cargos que exigirem um profissional com qualificações acima da média ou um histórico de desempenho extraordinário, o salário de admissão poderá ficar entre os níveis E e G da faixa salarial, somente com autorização da Diretoria Geral.

Enquadramento (aplicado até média de mercado – “D”).

O enquadramento é uma recompensa salarial fornecida pela empresa aos profissionais que tenham desempenho progressivo comprovado através de Avaliação de Desempenho. Nesse caso, o aumento salarial poderá ser feito apenas 1 nível acima do qual o profissional se encontra, com intervalo mínimo de 90 dias, sendo as solicitações feitas pelo gestor/coordenador da área ao departamento de Gestão de Pessoas. O objetivo da empresa é pagar aos seus colaboradores a média de mercado (nível D da tabela salarial).

Mérito (aplicado acima da média de mercado – “D”).

Os aumentos por mérito deverão ser utilizados em casos excepcionais, quando o colaborador apresenta um desempenho muito acima da média ou a empresa necessite do profissional para uma posição estratégica. Nesses casos, o colaborador será enquadrado nos níveis E, F e G da tabela salarial, com intervalo mínimo de 90 dias. Todo aumento por mérito também deverá se basear na Avaliação de Desempenho Anual. Tais solicitações deverão ser feitas pelo gestor da área ao departamento de Gestão de Pessoas e submetidas à aprovação do Diretor Geral.

Promoção.

A promoção representa a passagem de um colaborador para um cargo de maior nível de complexidade, ou seja, para um cargo de grau salarial superior. O profissional deverá ser enquadrado, de preferência, no nível A da classe salarial para a qual foi promovido. As solicitações de promoções deverão ser feitas pelo gestor da área ao departamento de Gestão de Pessoas que avaliará a viabilização do processo. As promoções não podem ultrapassar mais do que uma classe salarial acima da qual se encontra o cargo atual (ex.: de Jr. para Sr.). Os candidatos a uma promoção vertical deverão passar por um processo de avaliação conduzido pela área de Gestão de Pessoas. A vaga deverá ser divulgada através de painel de gestão à vista ou e-mail a todos os funcionários e os interessados poderão se inscrever com a devida liberação da chefia imediata. As promoções ficarão condicionadas ao preenchimento pelo candidato dos requisitos essenciais definidos para o cargo e coerência com o



desempenho do profissional. Além disso, no caso de promoção vertical, deverá existir o cargo para o qual o profissional está sendo promovido no quadro de pessoal da área.

Requisitos de avaliação para promoção.

A área de Gestão de Pessoas deverá identificar informações dos últimos 12 meses de cada candidato inscrito no processo seletivo interno. Sendo:

- ✓ Medidas Disciplinares;
- ✓ Assiduidade (faltas e atestados médicos);
- ✓ Pontualidade (atrasos e saídas antecipadas);
- ✓ Participação em Treinamentos;
- ✓ Avaliação de Desempenho Anual.

Alterações salariais e Ajustes de mercado.

As tabelas salariais deverão ser atualizadas em função de acordos coletivos da categoria sindical e ou ajustes das faixas salariais. Caberá à Gerência de Desenvolvimento Organizacional ajustar os níveis salariais dos cargos existentes em função da variação apresentada pelo mercado, com base em pesquisas.

b) Política de benefícios.

O Programa de Benefícios apresenta diretrizes relacionadas à administração de todos os benefícios oferecidos aos funcionários da Conpel, ajustando-se à realidade do mercado. Esse Programa servirá de base para as decisões do dia-a-dia da empresa relacionadas com Benefícios. Esse programa visa direcionar a utilização dos benefícios, definindo as diretrizes, normas e procedimentos a serem seguidos a fim de assegurar a igualdade de critérios, alinhando-a aos objetivos da empresa. Esse Manual tem como objetivo:

- ✓ Atrair e reter os profissionais que possam contribuir para a continuidade e melhoria na performance da empresa;
- ✓ Harmonizar os interesses econômicos e financeiros da Conpel com os interesses de crescimento profissional e qualidade de vida dos profissionais.

Cabe à Gerente de Desenvolvimento Organizacional da Conpel a responsabilidade de definir os benefícios a serem oferecidos, a fim de assegurar que a empresa mantenha um plano efetivo de Administração de Benefícios, coerente com o negócio e estratégias da empresa e de forma a manter o equilíbrio interno e em relação ao mercado. A área de Desenvolvimento Organizacional tem a responsabilidade de manter atualizadas as normas e diretrizes contidas nessa política, bem como o esclarecimento de



dúvidas relativas à aplicação da mesma. A Companhia oferece aos seus colaboradores:

Seguro de vida.

Trata-se de benefício oferecido sem desconto aos colaboradores. Tem a abrangência para morte natural e acidental, acidente com invalidez permanente (total e parcial) e auxílio funeral somente do colaborador.

Assistência médica – gerentes e diretores.

Oferecemos aos Gerentes e Diretores um Seguro de Saúde, extensivo aos seus dependentes. As inclusões realizadas em até o dia 20 de cada mês / promoção ficarão livre de carência. Para esse benefício haverá descontos que variam de R\$ 37,35 à R\$ 224,06, por vida, variando de acordo com a faixa etária de cada diretor/dependente.

Assistência médica – geral.

Oferecemos aos colaboradores e seus dependentes legais um plano de Assistência Médica. As inclusões realizadas em até o dia 20 de cada mês, podendo ser incluso no período de 90 dias e ficarão livres de carência.

Assistência odontológica.

Todos os funcionários e seus dependentes legais poderão optar pelo plano de Assistência Odontológica, sem carência. A participação será de 100% do valor arcado para os colaboradores e seus dependentes.

Cesta Básica.

Conforme a convenção coletiva de trabalho todos os funcionários tem direito a este benefício.

Restaurante.

A Conpel possui uma estrutura de restaurante no local. Diante disso, todos os funcionários lotados nessa unidade têm direito em usufruir das refeições oferecidas (desjejum, almoço, jantar e ceia), tendo a participação de 20% do valor das refeições consumidas no período de fechamento da folha de pagamento.

Vale transporte.



Garantimos a entrega de vale transporte a todos os colaboradores mediante comprovante de residência. Os funcionários que possuírem outras formas de deslocamento entre a empresa e residência não terão direito ao benefício. O desconto será de 6% do salário base ou desconto integral do valor se o valor for menor que os 6% do salário base.

Transporte Fretado.

A Conpel possui um sistema de transporte fretado que realiza o percurso entre a empresa e alguns pontos pré-determinados. Não existe desconto desse benefício ao colaborador.

Inclusões / exclusões.

Todos os benefícios são oferecidos aos colaboradores no momento da sua admissão, onde o mesmo deverá assinar documento formalizando a opção ou não pelos benefícios. O colaborador poderá solicitar cancelamento de qualquer benefício a qualquer momento. Essa formalização deverá ser realizada em documento próprio junto à área de Administração de Pessoal.

Desconto dos benefícios.

O formulário de opção pelo benefício devidamente preenchido e assinado pelo colaborador, já autoriza a empresa a realizar os descontos em folha de pagamento.

Divulgação da política de benefícios.

Será de responsabilidade da Gerência de Desenvolvimento Organizacional a divulgação e/ou a realização de treinamento aos Gestores o Programa de Benefícios, a fim de esclarecer os conceitos, princípios, regras e principalmente os objetivos para reforçar a credibilidade deste Programa.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações.

Não há de remuneração através de ações.

14.4. DESCREVER AS RELAÇÕES ENTRE A COMPANHIA E SINDICATOS.

A Companhia é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Cortiça e Celulose do Estado da Paraíba – SINDICELPA. Em regra, o Sindicato negocia anualmente em Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis aos empregados da Companhia. A convenção de trabalho mais recente foi celebrada em 23 de maio de 2014, vigente no período de 1º de junho de 2014 a 31 de maio de 2015. Ao longo do tempo, a Companhia tem



mantido um bom relacionamento com os empregados e os respectivos sindicatos das categorias.



15. CONTROLE.

15.1. ACIONISTA OU GRUPO DE ACIONISTAS CONTROLADORES.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Qtde de Ações Detidas, por Classe e Espécie	Percentual Detido em Relação a Classe ou Espécie	Percentual detido em relação ao Capital Social	Se participa de acordo de Acionistas	Data da última Alteração
EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda.	Brasileira	02.042.040/0001-21	17.377.638	-	95,89%	Não	-
Outros Minoritários.	Brasileira	N/A ¹	744.461	-	4,11%	Não	-
TOTAL			18.122.099²	0%	100%		

¹ A companhia não possui esta informação, em função da apresentação de diversos acionistas relacionados como pessoa física.

² No quadro a seguir, apresenta-se o montante de ações classificadas por classe e tipo de ação as quais compõem o total de ações detidas.

COMPOSIÇÃO DAS AÇÕES POR CLASSE

Classe das Ações	Tipo de Ação	Qtde de Ações
Ações Ordinárias	-	14.048.567
Ações Preferenciais	A	461.266
Ações Preferenciais	B	72.447
Ações Preferenciais	C	82.043
Ações Preferenciais	D	3.457.776
TOTAL		18.122.099

15.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ACIONISTAS OU GRUPOS DE ACIONISTAS QUE AGEM EM CONJUNTO OU QUE REPRESENTAM O MESMO INTERESSE COM PARTICIPAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÕES E QUE NÃO ESTEJAM LISTADOS NO ITEM 15.1.

Todas as informações referentes aos acionistas foram informadas no item 15.1.



15.3. DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL, CONFORME APURADO NA ÚLTIMA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Qtde de Acionistas PF	Qtde de Acionistas PJ	Qtde de Ações Ordinárias	Qtde de Ações Preferenciais	Total de Ações
- ¹	1	14.048.567	4.073.532 ²	18.122.099

¹ A Companhia não possui a informação em função da apresentação de diversos acionistas relacionados como pessoa física.

² Composição das ações preferências por classe, vide item 15.1.

15.4. ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA.

Os acionistas controladores diretos e indiretos, bem como nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificado no item “15.1” acima, razão pela qual não inserimos o organograma neste item.

15.5. INFORMAÇÕES SOBRE ACORDOS DE ACIONISTAS REGULANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU A TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES DA COMPANHIA, ARQUIVADOS NA SEDE DA COMPANHIA E DOS QUAIS O CONTROLADOR SEJA PARTE.

a) partes.

Não há.

b) data de celebração.

Não há.

c) prazo de vigência.

Não há.

d) exercício do direito de voto, do poder de controle e g) restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração.

Não há.

e) indicação de Administradores.

Não há.

f) transferência de ações e preferência para adquiri-las.

Não há.



15.6. ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DA COMPANHIA.

Não há.

15.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.

16.1. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DA COMPANHIA QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (CONFORME DEFINIDAS PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO).

Compete ao conselho de administração aprovar quaisquer operações com partes relacionadas à Companhia.

Quando ocorrem operações com partes relacionadas, essas são praticadas por valor de mercado.

16.2. EM RELAÇÃO ÀS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.

A Companhia tem registrado no Ativo não Circulante, operações com partes relacionadas o montante de R\$ 2.340 e no Passivo não Circulante o montante de 2.158 em 31.12.2014. A realização desse saldo está na dependência de projeção financeira e de reestruturação societária, sendo analisado pela Diretoria, e Conselho de Administração, cuja conclusão definirá as diretrizes para recebimento futuro.

(a) Nome das partes relacionadas.

Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná
EKN Embalagens Kraft do Nordeste.
Arpeco S/A. Artefatos de Papeis
Compet Agro Florestal S/A

(b) Relação das partes com o emissor.

A empresa EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda é a controladora da companhia. As demais são coligadas.

(c) Data da transação.

30/05/1999.

(d) Objeto do contrato.

Operação de Mútuo.

(e) Montante envolvido no negócio.

O montante envolvido a receber é de R\$ 2.340 e a pagar é de R\$ 2.158.



(f) Saldo existente.

O saldo existe contabilmente envolvido e de R\$ 2.340 no Ativo e R\$ 2.158 no Passivo

(g) Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir.

O montante envolvido e de R\$ 2.340.

(h) Garantias e seguros relacionados.

Não há.

(i) Duração.

Prazo indeterminado.

(j) Condições de rescisão ou extinção.

Não há.

(k) Quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar ainda:

i. Natureza e razões para operação.

Não há.

ii. Taxa de juros cobrada.

Não há.

16.3. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS TRANSAÇÕES OU CONJUNTO DE TRANSAÇÕES MENCIONADOS NO ITEM 16.2 ACIMA OCORRIDAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

Os valores praticados nessa transação é o valor de mercado e está respaldado por contrato e outros documentos de suporte devidamente aprovados.

b) demonstrar o carácter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Vide item 16.2

17. CAPITAL SOCIAL.

17.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CAPITAL SOCIAL.

(a) Capital emitido, separado por classe e espécie.

A Companhia não possui emissão de ações em Bolsa de valores mobiliários.

(b) Capital subscrito, separado por classe e espécie.

O Capital Social subscrito da companhia é de R\$ 22.338.341, conforme demonstrado abaixo, separado por ações:

CAPITAL SUBSCRITO

Tipo de Ação	2013	2012	2011	(%)
	Quant. Ações	Quant. Ações	Quant. Ações	
Ações Ordinárias	14.048.567	14.048.567	14.048.567	77,52%
Ações Preferenciais	4.073.532	4.073.532	4.073.532	22,48%
Ações Pref. Classe "A"	461.266	461.266	461.266	2,54%
Ações Pref. Classe "B"	72.447	72.447	72.447	0,39%
Ações Pref. Classe "C"	82.043	82.043	82.043	0,47%
Ações Pref. Classe "D"	3.457.776	3.457.776	3.457.776	19,08%
TOTAL	18.122.099	18.122.099	18.122.099	100%

(c) Capital integralizado, separado por classe e espécie.

O Capital Social integralizado da companhia é de R\$ 22.338.341, conforme demonstrado abaixo, separado por ações:

CAPITAL INTEGRALIZADO

Tipo de Ação	2013	2012	2011	(%)
	Quant. Ações	Quant. Ações	Quant. Ações	
Ações Ordinárias	14.048.567	14.048.567	14.048.567	77,52%
Ações Preferenciais	4.073.532	4.073.532	4.073.532	22,48%
Ações Pref. Classe "A"	461.266	461.266	461.266	2,54%
Ações Pref. Classe "B"	72.447	72.447	72.447	0,39%
Ações Pref. Classe "C"	82.043	82.043	82.043	0,47%
Ações Pref. Classe "D"	3.457.776	3.457.776	3.457.776	19,08%
TOTAL	18.122.099	18.122.099	18.122.099	100%

(d) Prazo para integralização do Capital ainda não integralizado, separado por classe e espécie.

Todo o capital da Companhia está integralizado.



(e) Capital autorizado, informando quantidade de ações, valor e data da autorização.

É autorizado o aumento de capital social no dia 29/04/1996, independente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 26.395.595, podendo ser emitidas, por deliberação do conselho de administração as ações demonstradas abaixo:

CAPITAL SUBSCRITO

Tipo de Ação	Quant. Ações	(%)
Ações Ordinárias	16.600.183	77,52%
Ações Preferenciais	4.813.384	22,48%
Ações Pref. Classe "A"	545.045	2,54%
Ações Pref. Classe "B"	85.605	0,39%
Ações Pref. Classe "C"	96.944	0,47%
Ações Pref. Classe "D"	4.085.790	19,08%
TOTAL	21.413.567	100%

(f) Títulos conversíveis em ações.

Não há valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia em circulação.

(g) Condições para conversão.

Não há valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia em circulação.

17.2. AUMENTOS DE CAPITAL DA COMPANHIA.

A companhia não realizou aumento de capital nos 3 últimos exercícios.

17.3. DESDOBRAMENTOS, GRUPAMENTOS E BONIFICAÇÕES.

Não há.

17.4. INFORMAÇÕES SOBRE REDUÇÕES DE CAPITAL DA COMPANHIA.

A companhia não realizou redução de capital nos 3 últimos exercícios.

17.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



18. VALORES MOBILIÁRIOS.

18.1. DIREITOS DE CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÃO EMITIDA.

a) direito a dividendos.

Classe “A” e “B”

As ações preferenciais das classes “A” e “B” farão jus a um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 12% sobre o valor realizado, conforme (art. 9º do Estatuto Social) e não inferior ao dividendo obrigatório a que se refere o (item II do artigo 46 do estatuto social).

Classe “C”

As ações preferenciais da classe “C” têm prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 12% (doze por cento) ao ano calculados sobre o capital representativo dessa espécie e classe de ação, não inferior ao dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido a que se refere o item II do artigo 46 deste estatuto, não podendo o disposto nos artigos 194 e 197 e os parágrafos 3º e 4º do artigo 202 da lei nº 6.404/76 prejudicar o direito das ações preferenciais de receber os aludidos dividendos mínimos, fixo e prioritário, não inferior ao obrigatório, conforme estabelece o artigo 203 da citada lei.

Classe “D”

As ações preferenciais da classe “D” têm prioridade na distribuição de um dividendo mínimo anual de 12% (doze por cento), calculado sobre o valor representativo dessas ações, não cumulativo e não inferior ao dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido a que se refere o item II do artigo 46 deste estatuto, não podendo o disposto nos artigos 194 e 197 e os parágrafos 3º e 4º do artigo 202 da Lei 6.404/76 prejudicar o direito das ações preferenciais de receber os aludidos dividendos mínimo, fixo e prioritário, não inferior ao obrigatório, conforme estabelece o artigo 203 da citada lei.

b) direito de voto.

Somente as ações ordinárias têm direito de voto, cabendo, a cada uma delas, um voto.

c) conversibilidade em outra classe ou espécie de ação.

A conversão das ações, de uma classe ou forma para outra, é competência da Assembléia Geral, que só poderá autorizá-la mediante reforma deste estatuto.



d) direitos no reembolso de capital.

Classe “A” e “B”

As ações preferenciais das classes “A” e “B” terão preferência no reembolso do capital sem prêmio.

Classe “D”

As ações preferenciais da classe “D” têm prioridade no reembolso de capital.

e) direito a participação em oferta pública por alienação de controle.

Não há.

f) restrição à circulação.

Não há.

g) condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários.

Não há.

h) outras características relevantes.

Não há.

i) emissores estrangeiros.

Não há.

18.2. REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITEM O DIREITO DE VOTO DE ACIONISTAS SIGNIFICATIVOS OU QUE OS OBRIGUEM A REALIZAR OFERTA PÚBLICA.

Não há.

18.3. EXCEÇÕES E CLÁUSULAS SUSPENSIVAS RELATIVAS A DIREITOS PATRIMONIAIS OU POLÍTICOS PREVISTOS NO ESTATUTO.

Não há.



18.4. EM FORMA DE TABELA, INFORMAR VOLUME DE NEGOCIAÇÕES BEM COMO MAIORES E MENORES COTAÇÕES DOS VALORES MOBILIÁRIOS NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES OU MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO, EM CADA UM DOS TRIMESTRES DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS.

Atualmente a companhia não realiza negociações em bolsa de valores, bem como mercado de balcão organizado.

18.5. OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS (QUE NÃO SEJAM AÇÕES).

Não há.

18.6. MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO.

Não há.

18.7. VALORES MOBILIÁRIOS ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS.

Não há.

18.8. OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELA COMPANHIA OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA.

Não há.

18.9. OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELA COMPANHIA RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIRO.

Não há.

18.10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA.

19.1. PLANOS DE RECOMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA.

Não há.

19.2. MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA.

Não há.

19.3. VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA EM 31.12.2013.

Não há.

19.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

20.1. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DIRETORES, MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO FISCAL E DE QUALQUER ÓRGÃO COM FUNÇÕES TÉCNICAS OU CONSULTIVAS, CRIADO POR DISPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA.

a) Data de Aprovação.

Não há.

b) Pessoas Vinculadas.

Não há.

c) e d) Principais características e previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos.

Não há.

20.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

21.1. NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS ADOTADOS PELA COMPANHIA PARA ASSEGURAR QUE AS INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS PUBLICAMENTE SEJAM RECOLHIDAS, PROCESSADAS E RELATADAS DE MANEIRA PRECISA E TEMPESTIVA.

(i) Administradores, acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia;(ii) empregados e executivos com acesso a informação relevante; e (iii) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas e coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa.

21.2. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE ADOTADA PELA COMPANHIA (INCLUSIVE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO ACERCA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS).

As pessoas mencionadas têm o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as pessoas mencionadas, deverão entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados.

21.3. ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

Diretor de Relações com Investidores.

21.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS.

22.1. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA.

Não há.

22.2. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA.

Não há.

22.3. CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.

Não há.

22.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.